



O FENÔMENO DA MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL

Miriam Fábria Alves¹

João Ferreira de Oliveira²

No Brasil, nos últimos anos, um fenômeno tem ganhado destaque na política educacional, a militarização de escolas públicas, ou seja, a transferência de escolas públicas estaduais para a gestão da Polícia Militar, numa parceria entre as secretarias de educação e as secretarias de segurança pública. Esse fenômeno tem se ampliado a partir das experiências de militarização no Estado de Goiás, processo ao final dos anos de 1990 e que se expandiu fortemente desde 2013, chegando a mais de 60 colégios militarizados. Atualmente, muitos estados e até mesmo municípios no Brasil estão criando escolas com gestão militar.

A expansão dessas escolas ganhou reforço no atual governo federal, que criou, por meio do Decreto n. 9.465, de 2 de janeiro de 2019, a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, com o objetivo de induzir e expandir tais instituições. Podemos destacar dois argumentos principais, que têm sido utilizados pelos governos, para justificar a implantação dessas escolas: os melhores resultados nas provas nacionais e a melhora da disciplina e da segurança para professores e estudantes no ambiente escolar, que passam a contar com a “pedagogia militar” e com a segurança da Polícia Militar dentro da escola e no seu entorno.

Mas o que caracteriza uma escola militarizada? 1) Ela continua sendo uma escola pública, porém a gestão é entregue às corporações militares que implementam a lógica da corporação, especialmente a hierarquia e a disciplina, nas práticas escolares; 2) a infraestrutura da escola, quase sempre, é reformada e melhorada para atender aos padrões de qualidade dos colégios militarizados, que contam com prédios melhor conservados, laboratórios,

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG) – E-mail: miriamfabia@gmail.com

² Universidade Federal de Goiás (UFG) – E-mail: joao.jferreira@gmail.com

internet, quadra de esporte etc.; 3) a escola recebe um reforço de pessoal administrativo e de segurança, com o ingresso dos quadros da corporação, conseguindo, deste modo, fazer uma mudança significativa na administração escolar e assegurar a tão alardeada 'segurança' dos estudantes; 4) uma parte das vagas é reservada para os filhos/dependentes dos policiais; 5) os estudantes devem se ajustar à disciplina militar, caso contrário são expulsos da escola; 6) as escolas, por meio da associação de pais e mestres, instituem a cobrança da contribuição voluntária, ou seja, uma taxa paga mensalmente pelos pais ou responsáveis, que permite a entrada de recursos financeiros diretos para serem utilizados por cada escola. Essa contribuição marca a diferença entre as escolas públicas para os mais pobres, que contam com pouquíssimos recursos financeiros e as escolas militarizadas, que dispõem diretamente desses recursos privados que podem ser executados sem os inúmeros entraves e burocracias que marcam a administração da escola pública.

Essas características nos levam a discutir o processo de privatização via escola militarizada, uma vez que se estabelece uma fratura no princípio constitucional da gratuidade da educação pública. À medida que esse modelo militar de educação institui a lógica da 'contribuição mensal', como fator de melhoria da qualidade da escola, compreendemos a gravidade de se militarizar escolas, abrindo possibilidades de modelos que, por meio da cobrança de taxas, quebre a gratuidade e institua a lógica do pagamento como critério de qualidade, aprofundando as imensas desigualdades sociais e educacionais que caracterizam o país.

Além disso, a expansão desse modelo militarizado representa um ataque à gestão democrática, luta histórica dos profissionais da educação no Brasil, que é substituída pela hierarquia militar e torna os profissionais da educação duplamente desvalorizados, na medida em que, sendo civis, devem obediência aos comandantes militares, e perdem também o direito de escolher, entre os seus pares, quem serão os diretores das escolas públicas.

Por fim, a militarização ameaça a garantia da educação como direito de



todos, ao impor uma lógica excludente e privatista. É necessário e urgente, pois, retomar o debate sobre os fins, a organização e a gestão da escola pública obrigatória, gratuita e de qualidade como direito de todos, como espaço de formação para exercício da democracia.